

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2013 A ABRIL DE 2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	340.894.978,86	
Pessoal Ativo	245.239.686,82	
Pessoal Inativo e Pensionistas	95.655.292,04	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF) (II)	116.346.678,38	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.332.755,16	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	19.002.734,44	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	61.416.163,48	
Dotação Orçamentária Específica	33.595.025,30	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	224.548.300,48	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		224.548.300,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	17.620.988.973,09
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,27
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,44%	253.742.241,21
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,37%	241.407.548,93
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,30%	229.072.856,65

FONTE: EFISCO.

GUILHERME UCHOA

Presidente

ELZA FARIAS

Contadora - CRC/PE Nº 11.482

JOÃO FERNANDO COUTINHO

Primeiro Secretário

NOTA 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art.63 da Lei 4.320/64.
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

NOTA2 : CAMPO "Dotação Orçamentária Específica (DOE)" inserido em conformidade com a DELIBERAÇÃO 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO REALIZADA EM 11/09/2013 PROCESSO TC Nº 1304888-0